

# LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL: A MEMÓRIA E A HISTÓRIA NAS INTERSEÇÕES ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

*Willian Eduardo Righini de Souza<sup>1</sup>  
Giulia Crippa<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Este artigo é resultado de uma pesquisa aplicada na cidade de Santa Rosa de Viterbo, no interior de São Paulo, que pretendeu analisar a relação de alguns moradores com o patrimônio cultural local. Para tanto, foram realizadas entrevistas a partir dos pressupostos da história oral, permitindo-nos apresentar as reflexões a seguir.

O objetivo é promover algumas discussões sobre os limites e possibilidades dessas memórias, principalmente, porque, quando lemos ou ouvimos os relatos, surgem questionamentos que merecem ser abordados, como a fronteira entre o individual e o coletivo na construção mnemônica, e a existência ou não de autonomia na seleção do que deve ser lembrado e esquecido, o que pode trazer uma ideia de dominação discursiva que apenas autoriza a reprodução.

Depois, nosso enfoque se dirige para a história construída a partir dessas memórias, na tentativa de compreender qual o papel que ela pode assumir perante o leitor, especialmente quando ele foi um dos entrevistados. Uma pergunta central é se na leitura do texto o entrevistado é instigado à crítica ou se recebe o escrito como a verdade dos acontecimentos. Assim, discorreremos sobre a possibilidade da história de ordenar, iluminar ou forjar uma realidade.

## **Memória**

Ao pedirmos para alguém falar sobre sua trajetória de vida, de uma sociedade, do lugar onde cresceu, ela recorre à memória para temporalizar os eventos e significá-los segundo suas emoções e sentimentos. Porém, essa memória não é resultado apenas de experiências individuais, mas do meio social onde ela se desenvolveu, participando de uma rede de disputas que pode ou não ser reconhecida por este e outros grupos.

Podemos dizer que ela é fortemente marcada pelas relações sociais e grupos nos quais nos inserimos. Provavelmente, foi essa a maior contribuição de Maurice Halbwachs ao defender que “*um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros*”<sup>3</sup>, e, portanto, ao pedirmos para alguém falar do passado, também damos voz à comunidade na

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. E-mail: <wrigini@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: <giuliac@fflcrp.usp.br>.

<sup>3</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 58.

qual essa pessoa vive e que interfere na sua construção do social<sup>4</sup>.

Para Gondar e Dodebei<sup>5</sup>, além de uma construção individual, a lembrança é uma montagem da sociedade que a produziu e daquelas onde continuou a existir. Assim sendo, uma interpretação que parte das nossas lembranças já existiria antes mesmo do nosso nascimento, o que, à primeira vista, nos transmite a ideia de ausência de autonomia.

Quando as memórias analisadas são aquelas estimuladas por uma entrevista, também devemos considerar possíveis limitações de espontaneidade, pois para cada interlocutor/ ouvinte, o entrevistado assume um discurso com o objetivo de transmitir determinada mensagem, de acordo com o que ele considera correto, isento, imparcial, culto, etc. Ao levarmos em conta esta situação, quando instauramos um diálogo com a intenção de recolher relatos para uma pesquisa, devemos considerar que o que foi dito pelo entrevistado foi em um contexto não natural, no qual ele sabe que não ficará restrito apenas àquele momento, mas que é passível de ser divulgado e ouvido/ lido por pessoas que ele nem mesmo conhece, ou seja, de fora do seu círculo de confiança e intimidade.

Desta forma, algumas perguntas são relevantes na tentativa de entender quais os possíveis efeitos desse diálogo instituído com o entrevistado: aquele que conta pode tirar algum proveito da ação de questionar o passado a partir do presente? Em que medida, enquanto ser social, ele é autônomo em suas opiniões? Será que ele apenas reproduz representações de uma coletividade?

Para alguns autores, fazer parte do social não significa reduzir o indivíduo apenas em reflexo do coletivo. O indivíduo é membro dessa negociação de sentidos, e ao mesmo tempo em que reproduz, também é criador. Como observa Certeau<sup>6</sup> na sua discussão sobre a vida cotidiana, se há uma disciplina, uma ordem, coexistem maneiras de fazer que impossibilitam a homogeneidade.

Analisando as teorias de William Wordsworth e Sigmund Freud, Assmann<sup>7</sup> destaca, entre outras coisas, que a memória não é somente um ato de registrar-conservar-recuperar. Ela é sempre uma nova criação e, por conseguinte, o recordar é um processo ativo que permite uma nova percepção.

Marcuse, junto com outros teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer, apontou a alienação e perda de autonomia do indivíduo perante a sociedade de massa, acreditava que a memória é capaz de ultrapassar a repressão, pois a interpretava como uma condição inerente ao sujeito, enquanto o social seria apenas um tipo de construção da memória, diferente, por exemplo, dos impulsos da infância que não foram rompidos pela esfera coletiva<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 54.

<sup>5</sup> GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra-capla, 2005, p. 17.

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Vol. 1: artes de fazer*. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

<sup>7</sup> ASSMANN, Aleida. *Ricordare: forme e mutamenti della memoria culturale*. Bologna: Il Mulino, 2007, p. 115.

<sup>8</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 93-113.

Não enfatizar esse processo de individualização é a principal crítica à teoria de Halbwachs. Apesar de perceber que cada indivíduo utiliza a memória de maneiras diferentes, ele a explica por quadros sociais, estruturas que o antecedem, negando, por exemplo, o papel dos sentimentos, julgamentos e experiências pessoais. Segundo sua teoria, as memórias individuais seriam apenas combinações aleatórias de memórias coletivas<sup>9</sup>. Deste modo, nega a existência de atores sociais, como salienta Ricoeur<sup>10</sup>, e consciência individual, ou seja, a capacidade de percepção e julgamento do mundo interior e exterior. Ao longo deste artigo, também recorreremos a outros autores, como Walter Benjamin, que apresentam outros caminhos para pensar a memória.

Ao contrário de Halbwachs, as pesquisas que utilizam entrevistas, como na história oral, reforçam o papel do indivíduo, que mesmo inserido no coletivo, não se dissolve nele. Para Portelli, “*se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira*”<sup>11</sup>. Portanto, é necessário dar ênfase às maneiras pelas quais cada indivíduo organiza e dá sentido a essas memórias coletivas e à sua própria história. Nessa perspectiva, a memória continua social, mas reconhecemos que ela só “*se materializa nas reminiscências e discursos individuais*”<sup>12</sup>.

De modo geral, nas pesquisas com entrevistas, não se objetiva mostrar a percepção do coletivo, como uma síntese, uma voz única, mas expor as semelhanças individuais que reforçam a ideia de traços comuns, a vida inserida no social, sem negar o característico do singular. Por isso a importância de transcrever, inserir no texto e dar nomes a cada entrevistado quando se faz história oral, porque

*o que se chama de ‘grupal’, ‘cultural’, ‘social’ ou ‘coletivo’ [...] é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários*<sup>13</sup>

Uma das explicações para essa individualização são as nossas emoções. Como sabemos, a memória é seletiva. Ela não é um depósito onde podemos preservar todas as nossas experiências e recuperá-las quando desejarmos. Entre todos os estímulos que recebemos, apenas alguns se transformarão, por meio dos nossos sentimentos e afetividade, em traços mnemônicos capazes de interferir em nossa visão do passado<sup>14</sup>.

<sup>9</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 19, 2002, p. 151-155. Disponível em: <<http://revistas.ulusofofona.pt/>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

<sup>10</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 132.

<sup>11</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 127.

<sup>12</sup> PORTELLI, O massacre..., p. 127.

<sup>13</sup> MEIHY, José Carlos S. B. & HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 27.

<sup>14</sup> GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléia Thiesen M. & GONDAR, Jô (orgs.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 36.

Segundo Markowitsch<sup>15</sup>, possuímos cinco principais sistemas de memória de longo prazo: memória de procedimento, mais comumente chamada de memória-hábito; memória implícita, referente à capacidade de reconhecer informações previamente percebidas; memória perceptiva, para o reconhecimento de estímulos; memória semântica, referente ao conhecimento e, por fim, memória episódica, que garante, por meio das emoções, destacarem momentos vividos perante todos os demais. É a partir dela que construímos nossa biografia, determinamos nossa personalidade e nos diferenciamos como indivíduos.

Mesmo todo indivíduo sendo membro e influenciado pela sociedade, sua capacidade de crítica e reflexão continua a existir pela própria instabilidade do social. Não há *uma* memória coletiva que nos unifica e organiza. O que existe são memórias compartilhadas que estão a todo o tempo em conflito, movimento e modificação em resposta a atitudes singulares. Assim, se o social pode ser coercivo, a confrontação de diferentes memórias permite questionamentos e escolhas, mostrando o indivíduo como parte do coletivo e não como seu resultado.

Ao considerarmos, portanto, que a memória não se explica apenas pela oposição entre quadros sociais e autonomia individual, mas por interseções que se apresentam em diferentes níveis, a diferenciação entre memória voluntária e involuntária contribui para melhor compreender as características do ato de lembrar na e em sociedade. Walter Benjamin observa que enquanto a memória voluntária é aquela que resulta de uma ação intencional de quem lembra, a involuntária é espontânea, natural, sem uma ação planejada, prevista. Deste modo, esses dois tipos de memória, que também podem ser denominados de lembrança (voluntária) e reminiscência (involuntária), nos mostram duas possibilidades de compreensão do mundo<sup>16</sup>.

Nesta dualidade, seria possível afirmar que estamos em constante contato com o passado, pois mesmo se não desejamos, existe a memória involuntária que não permitiria quebrar esse vínculo com os acontecimentos anteriores. Indo um pouco mais longe, a ideia de que a história oral contribui para que seus participantes entrevistados façam uma reflexão sobre o passado seria apenas mais uma possibilidade, pois sempre poderíamos defrontá-lo pela presença de estímulos involuntários.

Porém, tanto Walter Benjamin como Hannah Arendt acreditam que a memória involuntária ou espontânea, na modernidade, só é possível em um estado de exceção. Para Arendt<sup>17</sup>, revoluções, como a Francesa e Industrial, catástrofes, como as duas Grandes Guerras, entre outras condições do período, levaram a uma quebra entre o passado e o futuro que deixou a sociedade sem uma referência para compreender a nossa herança. Assim, sem memória involuntária ou, nas palavras de Arendt, sem tradição, o passado não teria mais sentido.

*O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses de um passado para um futuro. Sem testamento, ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que*

<sup>15</sup> MARKOWITSCH, Hans J. Pré-requisitos emocionais e cognitivos da memória autobiográfica. In: GALLE, Helmut *et al* (orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH, USP, 2009, p. 63-78.

<sup>16</sup> SANTOS, *Memória coletiva...*, p. 141-144.

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 54.

*seleccione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente e sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.*<sup>18</sup>

Benjamin é da mesma opinião de Arendt ao dizer que na cidade moderna a memória não é mais capaz de trazer conhecimento, explicar nossas experiências e dar um significado à vida. Para ele, reduzidos apenas à memória voluntária, somos incapazes de alcançar o que não está latente, tornando-nos refém do mercado e das relações de poder, restringindo ou mesmo anulando nossa liberdade e capacidade de crítica<sup>19</sup>.

A memória involuntária continuaria a existir, mas apenas excepcionalmente e por meios artificiais, como mostrou Proust em sua obra “Em busca do tempo perdido”, analisada por Benjamin<sup>20</sup>. Na passagem mais conhecida do clássico francês, o protagonista Marcel, que praticamente não preservava lembranças de sua cidade natal, Combray, recorda-se de sua infância ao experimentar o doce *madeleine*:

*E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedaço de madalena que nos domingos de manhã em Combray (pois nos domingos eu não saía antes da hora da missa) minha tinha Léonie me oferecia, depois de o ter mergulhado em seu chá da Índia ou tília, quando ia cumprimentá-la em seu quarto. O simples fato de ver a madalena não me havia evocado coisa alguma antes que a provasse; talvez porque, como depois tinha visto muitas, sem as comer, nas confeitarias, sua imagem deixara aqueles dias de Combray para se ligar a outros mais recentes; talvez porque, daquelas lembranças abandonadas por tanto tempo fora da memória, nada sobrevivia, tudo se desagregara; as formas – e também a daquela conchinha de pastelaria, tão generosamente sensual sob sua plissagem severa e devota – se haviam anulado ou então, adormecidas tinham perdido a força de expansão que lhes permitiria alcançar a consciência.*<sup>21</sup>

Portanto, de acordo com concepções de Benjamin e Arendt, restar-nos-ia apenas a memória voluntária? Nem isso. Sem tradição e perdidos no que hoje chamamos de Sociedade da Informação, qualquer capacidade de interpretar o passado ficaria comprometida. Agora, quando nosso olhar se dirige a ele, não contaríamos mais como pontos fixos para nos situarmos, mas sempre precisaríamos criar uma nova

<sup>18</sup> ARENDT, *Entre o passado...*, p. 31.

<sup>19</sup> SANTOS, *Memória coletiva...*, p. 144.

<sup>20</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

<sup>21</sup> PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2007. p. 73. (Em busca do tempo perdido; v. 1).

imagem, o que, como mostrou Arendt<sup>22</sup>, também tem seu lado positivo, pela possibilidade de uma “visada direta”, não obstruída por nenhuma autoridade.

Foi nessa perspectiva que Nora afirmou que “*fala-se tanto de memória porque ela não existe mais*”<sup>23</sup>. Para ele, a construção de lugares de memória é uma tentativa de dar um sentido de continuidade onde só há ruptura. Assim, só nos restaria aquilo que chamamos de patrimônio cultural em uma perspectiva negativa, ou seja, vestígios que tentam reconciliar passado e presente sem sucesso, pois a vida do homem perdeu o seu sentido. Como Benjamin<sup>24</sup> questiona, (...) “*qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?*”<sup>25</sup>.

Isolado, sem referências para agir na cidade moderna, o homem só possuiria a memória de sua própria vivência (*erlebnis*), podendo falar apenas dos acontecimentos que presenciou, diferente daquele, que, inserido em uma comunidade, acumula saberes que percorrem gerações (*erfahrung*)<sup>26</sup>.

A *erlebnis* é caracterizada pela provisoriedade, pela necessidade de estar vivo quando um evento acontece, expondo a fragilidade da ligação entre passado e presente. Contar apenas com a *erlebnis* impossibilita de recorrer à tradição, restringindo o nosso conhecimento somente ao que é fugaz, à avalanche de informações que recebemos diariamente, as quais, descontextualizadas, não adquirem sentidos que ultrapassam o imediato<sup>27</sup>.

Já a *erfahrung*, ao contrário, é adquirida pela vida em comunidade, onde entre cada geração encontramos continuidade. Assim, não aprendemos apenas quando estamos presentes, pois os conhecimentos se acumulam e influenciam no dia-a-dia daqueles que estão vinculados a um passado compartilhado. Podemos dizer que a *erfahrung* é o que permite uma memória de longa duração.

Sem essa memória, o homem moderno teria perdido a capacidade de contar histórias. O que se diz hoje não duraria mais que uma geração, pois na seguinte, o que foi transmitido não é mais compartilhado entre transmissor e receptor, pela inexistência de traços comuns que garantem o interesse e utilidade do que foi contado. Para Benjamin, ficamos pobres de experiência. “*Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’*”<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> ARENDT, *Entre o passado...*, p. 56.

<sup>23</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7.

<sup>24</sup> BENJAMIN, *Magia e técnica...*, p. 115.

<sup>25</sup> Segundo Hartog, o patrimônio é uma maneira de viver o tempo de crise, um desejo de desenvolver vínculos ao mesmo tempo em que é um sinal de perda. Desta forma, toda a corrida pela “patrimonialização” demonstraria uma preocupação com o futuro, pois ele se apresenta como ameaça quando vivemos em uma época de amnésia. Ironicamente, o autor observa que quanto mais patrimônios, mais esquecimentos e memórias que negam o passado. HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, PPGH-UFMG, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

<sup>26</sup> BENJAMIN, *Magia e técnica...*, p. 117

<sup>27</sup> MEINERZ, Andréia. *Concepção de experiência em Walter Benjamin*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 17-18.

<sup>28</sup> BENJAMIN, *Magia e técnica...*, p. 119.

Também segundo Benjamin<sup>29</sup>, ser um narrador não é transmitir uma informação explicando-a, como um jornalista imparcial, mas saber imergir na sua experiência e na alheia para dar um conselho, um ensinamento, que ao invés de explicar algo, é útil para a vida. Deste modo, sua crítica recai sobre o excesso de informações no mundo moderno que, ao se dirigir a todos e ninguém ao mesmo tempo, não carrega os sentimentos que garantem a sua reprodução.

Seu pensamento tenta mostrar o fim da vida em comunidade que, para Halbwachs<sup>30</sup>, é o que sustenta a memória coletiva. Enquanto para este autor a nossa memória se constituiu no convívio com o grupo no qual pertencemos espacial e temporalmente, para Benjamin<sup>31</sup>, o destino do homem moderno é o isolamento, ao esfacelarem-se as relações que garantiam nossa identidade perante as transformações mundanas. Assim, “*todas as três comunidades de memória (nação, grupo étnico e família) são afetadas pelo crescimento da diferenciação da sociedade, globalização do mundo e pelo desenvolvimento dos novos meios de comunicação*”<sup>32</sup>.

Nessa leitura, concluímos que a utilização de entrevistas para uma análise da memória social seria limitada e restrita, pela incapacidade de ultrapassar as experiências da nossa geração e lembrar além do pouco que nos restou. No entanto, nossa concepção se baseia não no fim da memória, mas na existência de diferentes vivências sociais que possibilitam novas relações espaço-temporais. Esse é o intuito, por exemplo, de Landsberg<sup>33</sup>, na tentativa de mostrar a importância de experiências e memórias “*inautênticas*”, como as originárias da cultura de massa.

Valendo-se de filmes, museus, livros, Landsberg<sup>34</sup> questiona os limites tradicionalmente aceitos para a existência de memórias e afirma que hoje é representativa a sua formação além de contextos sociais vividos. Para o autor, ao contrário de produzir uma amnésia coletiva, a cultura de massa estimula o desenvolvimento de memórias artificiais e protéticas (*prosthetic memory*). Desta forma, construiríamos laços fortes com um passado distante mesmo quando ele não foi presenciado pela nossa geração. É o reconhecimento de comunidades imaginadas que ao compartilharem os mesmos produtos culturais estabelecem pontos de contato entre distantes<sup>35</sup>. Assim, as memórias protéticas nunca se restringem a uma única pessoa, mas há uma grande probabilidade de milhares assistirem ao mesmo filme, lerem o mesmo livro, etc.

Possivelmente, Benjamin defenderia que essas memórias não são autênticas, como reconhece Landsberg, e podem ser utilizadas como um instrumento de poder. Mas, por outro lado, elas também revelam que comunidades e compartilhamentos continuam a existir. Ainda, como citamos anteriormente, os indivíduos não recebem essas memórias, necessariamente, de forma passiva, podendo ressignificá-las de

<sup>29</sup> BENJAMIN, *Magia e técnica...*, p. 119.

<sup>30</sup> HALBWACHS, *A memória coletiva*, p. 58.

<sup>31</sup> BENJAMIN, *Magia e técnica...*, p. 119.

<sup>32</sup> MISZTAL, Barbara. Memory experience: the forms and functions of memory. In: WATSON, Sheila (ed.). *Museums and their communities*. London; New York: Routledge, 2007, p. 388. Tradução nossa.

<sup>33</sup> LANDSBERG, Alison. *Prosthetic memory: the transformation of American remembrance in the age of mass culture*. New York: Columbia University Press, 2004.

<sup>34</sup> LANDSBERG, *Prosthetic memory*.

<sup>35</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

acordo com os seus interesses e contextos, ao contrário de levar à alienação. Nesse quadro, o passado segue a despertar interesse das pessoas e mesmo que não seja mais alcançado como tradição, ainda é uma referência para as nossas ações no presente. É por isso que acreditamos que as pessoas ainda têm o que contar e que há conexões entre o que elas dizem. As mudanças apontadas por Benjamin e Arendt são esclarecedoras, entretanto não significam o fim do testemunho, mas uma transformação que deve ser considerada.

Ao narrar sua vida inserida no social, o entrevistado a ordena para dar-lhe um sentido. Sua história adquire uma unidade, que, mesmo ilusória, proporciona-lhe parâmetros para a reflexão e ação. Organizando suas experiências pela narrativa e elaborando o que deseja transmitir aos outros, o entrevistado alcança condições para a crítica do que na realidade é complexo e transitório.

*[...] essa é precisamente a qualidade da narrativa, que opera, performativamente, na construção de algo que como tal não existe em outra parte fora do relato: a distância insalvável entre a “vida” – como amontoado de experiências heteróclitas, temporalidades disjuntas, sensações, pulsões, memórias – e a organização forçada que impõe o discurso, tomado este em sua mais ampla acepção.<sup>36</sup>*

A partir dessa unidade, constitui-se uma identidade narrativa. Ao contar e compartilhar algo com alguém que escuta, questiona, confirma ou nega, o indivíduo se insere em uma temporalidade própria, onde ele se localiza e se reconhece. Mais consciente do seu papel e da importância que atribui ao que ocorre ao seu entorno, aumenta a sua capacidade de discernimento, permitindo um estado de maior autonomia. As tensões e conflitos não são apagados ou esquecidos, mas, revelados, torna-se possível o encontro de explicações. Assim, narrar, principalmente na autobiografia, se configura uma busca constante de conhecimento sobre o eu, o outro e a sociedade<sup>37</sup>.

Entendemos que os indivíduos participam dos conflitos e embates pela formação de uma memória coletiva, mas que nunca será alcançada devido à impossibilidade de um consenso ou dominação total. Mesmo compartilhando ideias, suas memórias, carregadas de emoções, sempre serão, ao mesmo tempo, singulares e inter-relacionadas. Portanto, ao dar voz para uma pessoa se expressar, permitimos não somente que ela apresente as percepções e representações dos grupos aos quais ela se insere, mas também como ela interpreta e utiliza essas referências e interferências do social em sua experiência particular.

Ao invés de sustentar a concepção de um isolamento do homem moderno, que sem tradição perderia os laços com o passado, acreditamos que a modernidade permitiu o surgimento de novas experiências, e, por meio delas, a possibilidade de se conectar com diferentes “*passados imaginados*”, como os produzidos pelos meios de comunicação de massa. Diante de tantas opções, falar sobre a nossa biografia,

<sup>36</sup> ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico na (re)configuração da subjetividade contemporânea. In: GALLE, *Em primeira pessoa...*, p. 117.

<sup>37</sup> STRAUB, Jürgen. Memória autobiográfica e identidade pessoal. Considerações histórico-culturais, comparativas e sistemáticas sob a ótica da psicologia narrativa. In: GALLE, *Em primeira pessoa...*, p. 83-84.

o que pensamos ter acontecido e como vemos o mundo nos auxilia a ordenar e pensar sobre essas reconstruções e determinar o que consideramos merecedor de valorização, questionamento ou esquecimento.

Bauman utiliza a metáfora de um quebra-cabeça para exemplificar sua concepção de identidade na “*modernidade líquida*”<sup>38</sup>. Para o autor, a identidade é como um conjunto de peças de montar incompleto ou infinito, até porque, para garantir a nossa liberdade de escolha, nunca queremos finalizá-lo e fechar a porta para outras possibilidades de montagens. Desta maneira, sempre estamos mexendo nesse conjunto, juntando e tirando peças, trocando outras de lugar, o que mostraria o caráter transitório e movente de nossa identidade no tempo presente.

Valendo-se dessa metáfora, em vez de defendermos que instigar uma reflexão sobre o passado reforça a nossa identidade e sentimento de pertencimento, sugerimos que esse ato permite que alguns conjuntos sejam visualizados e discutidos, o que não muda nem o número de peças nem as alternativas para outras combinações, mas nos deixa mais conscientes de nossas escolhas e capazes para a crítica e ação na sociedade.

Somos seres sociais e nossa memória se constitui no convívio em sociedade. No entanto, é necessário complementar que o coletivo não é uma entidade pré-existente, mas um recurso teórico para mostrar os compartilhamentos entre indivíduos singulares. Porém, a recorrência constante ao que é comum reforça a ilusão de inexistência da diferença, mascarando as experiências pessoais que garantem o poder de criação e questionamento a cada um.

Convencidos disto, acreditamos que ao falar sobre suas opiniões e trajetória de vida, o entrevistado não apenas reproduz o que é legitimado socialmente, mas se vê diante de uma oportunidade para refletir sobre as suas percepções, representações e sentimentos. Além disso, o ato de contar permite a constituição de uma identidade narrativa, ordenando os eventos que por natureza são sobrepostos. Assim, mais fácil será saber, defender ou rever quem somos, o que pensamos e queremos, reconhecendo, inclusive, o papel exercido por uma memória cultural de longa duração.

## **História**

Até agora, discutimos como a memória possibilita ordenar o passado e questioná-lo reflexivamente. Porém, outro estágio dos projetos baseados em lembranças pessoais deve ser analisado: a produção de um texto que apresenta as conclusões sobre os diversos relatos colhidos.

Neste momento, cabe ao pesquisador colocar em evidência as contradições e relações entre os testemunhos, indo além das visões parciais de cada entrevistado. Para tanto, ele institui um diálogo entre as diferentes perspectivas encontradas para compreender e discutir a representatividade das lembranças. A partir disto, nossa atenção recai sobre como é produzida essa narrativa e como ela é recebida pelo entrevistado/ leitor.

A historiografia já contribuiu com importantes discussões sobre a escrita da

---

<sup>38</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

história, apresentando tópicos que devem ser considerados quando desejamos entender as características que determinam a forma e a recepção desse tipo de pesquisa. Certeau<sup>39</sup>, por exemplo, problematiza a história ao situá-la entre dois termos aparentemente paradoxos, o real e o discurso, questionando o seu fazer entre a busca pela verdade e o reconhecimento da interpretação/ ficção. Ao contrário, Ginzburg<sup>40</sup> defende que retórica e prova não são antagônicas, mas que as provas constituem o núcleo fundamental da retórica, e as fontes, inclusive as orais, não são nem evidentes nem impenetráveis, exigindo uma análise que situe o que foi transmitido em seu contexto e intencionalidade.

Deste modo, seu posicionamento se contrapõe a Veyne<sup>41</sup> quando aborda a natureza lacunar da história. Para este último, o conhecimento não trata daquilo que foi, ocorreu, mas do que está disponível, em sentido restrito, nas fontes existentes. Assim, quando propõe preencher as lacunas, o pesquisador apenas suporia os acontecimentos ocorridos e “o número de páginas concedidas pelo autor aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que estes aspectos têm a seus olhos e a abundância da documentação”<sup>42</sup>.

O que Veyne nega é o percurso apresentado por Ginzburg para a análise das fontes, como se não fosse possível um critério rigoroso, mas somente uma submissão à disponibilidade de documentos sobre o assunto pesquisado. No entanto, Ginzburg visualiza o documento como monumento, como faz Le Goff<sup>43</sup>, desconstruindo-o, contextualizando-o e analisando suas condições de produção.

Nesta perspectiva, documentos que foram produzidos pela e para a classe dominante podem explicar a cultura popular; uma crítica a determinada pessoa pode revelar suas qualidades, e assim por diante, desde que se faça uma leitura não positivista das fontes. Como diz Ginzburg<sup>44</sup>, “o fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta”.

Ginzburg reconhece que o pesquisador lida todo o tempo com o erro, mas acredita na possibilidade de eliminá-lo ao assumir e explicar as lacunas documentais por meio do entrelaçamento/ comparação das fontes e estudo do contexto<sup>45</sup>. Mesmo admitindo os limites da investigação, o historiador italiano defende a existência de procedimentos que permitem ao pesquisador alcançar o conhecimento histórico, como não excluir da análise aquilo que é fugaz e transitório, pois são indícios, sinais

---

<sup>39</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>40</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>41</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. rev. Brasília: Editora da UnB, 2008.

<sup>42</sup> VEYNE, *Como se escreve a história...*, p. 27

<sup>43</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>44</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 16.

<sup>45</sup> LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *ArtCultura*, UFU, Uberlândia, v. 9, n. 15, jul./dez. 2007, p. 109. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

para ler os documentos além do que é intencional e aparentemente evidente<sup>46</sup>.

Outra crítica de Veyne<sup>47</sup> e principalmente de Certeau<sup>48</sup> é que para transmitir um sentido de objetividade, a história suprime do seu discurso o lugar de onde ela se enuncia. Para Certeau, “*toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural*”<sup>49</sup>, mas que negado, impede uma explicação dos métodos, documentos e questões a partir desse lugar.

Estes apontamentos sobre a relação entre prova e retórica, o caráter lacunar da história, a crítica documental e o discurso histórico são temas recorrentes na historiografia, porém situá-los no contexto de nossa pesquisa, ou seja, em uma investigação que se fundamenta em transcrições de entrevistas, permite expressá-los de uma forma não generalizada, e, conseqüentemente, introduzir novos olhares sobre os limites e oportunidades da história oral.

Como esse campo do conhecimento desenvolveu suas próprias metodologias, um dos nossos interesses é discutir em que medida seus métodos e procedimentos reforçam ou refutam algumas dessas características da história apresentadas por Certeau, Veyne e Ginzburg, como influenciam a relação com os entrevistados e a produção de um texto final.

Um dos aspectos citados é que o pesquisador não expõe o lugar de onde ele se enuncia, impedindo que o leitor questione o discurso em relação à posição social do autor. Concordamos que em qualquer texto há proibições e silenciamentos, no entanto, na história oral, uma das obrigações do pesquisador é exatamente se dispor a dialogar e inserir no texto as diferentes interpretações dos entrevistados a partir de uma autoridade compartilhada ou história colaborativa<sup>50</sup>, realizando e explicitando a comparação entre as fontes dentro da própria escrita. Assim, o leitor tem acesso ao processo de argumentação, às contradições que se transformam em indícios e às evidências que se sustentam inclusive nessas diferenças, pois são através delas que o autor poderá comparar, questionar e, retoricamente, apresentar os caminhos do provável. Nesse sentido, ao contrário da crítica de Veyne de que “*as lacunas da história se fecham espontaneamente a nossos olhos e que só as discernimos como esforço*”, elas se transformam em um recurso para alcançarmos o saber. É verdade que isso não resolve o problema, mas não negar a existência de exclusões, esquecimentos e a impossibilidade de um discurso totalizante reforça a disponibilidade desta metodologia para questionar os seus lugares de enunciação.

Ao invés de revelar a fragilidade e inconsistência da história oral, explicar os procedimentos de coleta de dados e análise a partir do meio de sua elaboração não exclui a concepção de que a história tem critérios e regras, mas obriga o

---

<sup>46</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>47</sup> GINZBURG, *Mitos, emblemas...*

<sup>48</sup> GINZBURG, *Mitos, emblemas...*

<sup>49</sup> GINZBURG, *Mitos, emblemas...*

<sup>50</sup> Segundo Rouverol, “*história oral colaborativa (...) envolve engajar nossos entrevistados na análise das entrevistas que produzimos e/ ou na criação de quaisquer produtos provenientes dessas entrevistas. Pesquisa colaborativa é baseada na premissa que autoridade não permanece exclusivamente nas mãos do pesquisador*”. ROUVEROL, Alicia J. Collaborative oral history in a correctional setting: promise and pitfalls. *The Oral History Review*, Berkeley, v. 30, n. 1, 2003, p. 62-63. Disponível em: < <http://ohr.oxfordjournals.org/>>. Acesso em: 02 jul. 2010. Tradução nossa.

historiador a expô-los e justificá-los, reforçando a ideia de que retórica e prova não são antagônicas.

*A identificação da prova como núcleo racional da retórica, defendida por Aristóteles, se contrapõe, decididamente, à versão auto-referencial da retórica hoje difundida, baseada na incompatibilidade entre retórica e prova. Como foi possível remover, tão radicalmente, a tese central de um dos textos fundamentais da nossa tradição intelectual? Como foi possível dar por certa a idéia, profundamente ingênua, de que a noção de prova é uma ilusão positivista?*<sup>51</sup>

Ao trabalhar com entrevistas gravadas, o pesquisador seleciona trechos e os compara, sincrônica e diacronicamente, no próprio texto para desenvolver uma argumentação. Entretanto, tanto para o leitor como para aquele que cedeu a entrevista, não se oblitera que o que se insere das transcrições é apenas um fragmento entre tudo o que foi colhido, devido ao recorte temático e espaço-temporal do projeto. Se pesquisarmos o que a população entende e classifica como patrimônio cultural, os intervalos selecionados serão aqueles que tratam desse assunto no período abrangido. Desta forma, ao contrário de induzir o entrevistado/ leitor a aceitar tal conclusão, ele é convidado a refletir e questionar as evidências e indícios apresentados. Assim sendo, a ideia de colaboração, tão citada na história oral, não se realiza apenas na produção da fonte, mas também na iniciativa do projeto de instigá-lo à crítica durante a leitura do texto final.

Um julgamento é que, ao receber o texto produzido pelo pesquisador, o entrevistado não se sentirá confortável para a crítica e muito menos para solicitar mudanças ao perceber o aspecto acabado, finalizado e conclusivo do documento. É por isso que em projetos que priorizam a participação e a mediação torna-se necessário sempre a valorização do interlocutor, demonstrando o seu papel e importância para o sucesso da pesquisa. Além disso, por mais que o colaborador atribua uma autoridade ao pesquisador, sua leitura sempre estará ligada às suas experiências e aos grupos aos quais ele pertence, o que desmistifica uma ideia de dominação e homogeneização interpretativa e enfatiza as diferentes formas de recepção, como faz Barbero<sup>52</sup> ao discutir as relações entre a cultura de massa e popular.

Com este pressuposto, buscamos um diálogo contínuo com os participantes da pesquisa, sempre considerando os meios de contato e a linguagem a ser utilizada com cada pessoa e em cada momento. Desde o primeiro encontro, explicamos os nossos objetivos e a importância da colaboração para que eles fossem alcançados. Do mesmo modo, por sabermos que uma autoridade compartilhada também impossibilita que o pesquisador tenha controle de todos os desdobramentos do projeto, ainda discutimos os limites de cada intervenção, para que não houvesse dúvidas sobre as possibilidades de mudanças nos textos produzidos.

---

<sup>51</sup> GINZBURG, *Relações de força...*, p. 74.

<sup>52</sup> BARBERO, Jesus Martín. Memoria narrativa e industria culturale. *La Ricerca Folklorica*, San Zeno Naviglio, n. 7, abr. 1983, p. 9-17. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

Certeau<sup>53</sup> também observa que as citações (notas, remetimentos, inserções) estabelecem a falsa ideia de um “*saber do outro*”, pois, ao serem recortadas e inseridas em contextos diferentes, perdem o seu significado primário<sup>54</sup>. Para ele, desdobrando a história em discursos que não foram elaborados pelo pesquisador, o relato torna-se verossímil, produz credibilidade e reforça a autoridade daquele que os cita. Assim, “*nesta posição na qual não tem mais nada de próprio, [a citação] permanece susceptível de trazer; como em sonho, uma estranheza inquietante: poder sub-reptício e alterador do recalçado*”<sup>55</sup>.

É verdade que em história oral esse risco é ainda maior por colocar a citação das entrevistas como o cerne do conhecimento, reforçando a ideia do outro. No entanto, por outro lado, ao permitir que o entrevistado participe e leia os textos elaborados, ele é o primeiro a perceber como a sua fala é fragmentada e reempregada na escrita e, portanto, torna-se capaz de exigir mudanças que ao menos respeitem suas opiniões. Em nossa pesquisa, por exemplo, em um dos encontros com os participantes, uma entrevistada expôs que percebera que um trecho de sua entrevista utilizado no texto não expressava bem o seu pensamento. Desta forma, pediu para reler e modificar algumas partes, o que foi incentivado. Porém, depois de uma nova leitura, a mesma disse que deixaria a transcrição como estava, pois concluiu que o parágrafo anterior escrito pelo pesquisador complementava e explicava o que ela desejou expressar no momento da entrevista. Logo, nesse percurso, a participante repensou as maneiras como as suas falas foram utilizadas no texto, as prioridades estabelecidas, e mais do que aquele trecho dizia, analisou os sentidos que ele adquiriu ao ser vinculado e comparado com outros discursos, seja dos colaboradores como do pesquisador.

Confortáveis para participar, os entrevistados expressaram suas impressões sobre os escritos produzidos, reclamaram por reformulações e inseriram correções, demonstrando disposição para rever seus argumentos e mesmo refletir sobre como a história estava sendo contada. Alguns dos participantes até solicitaram mudanças em suas transcrições não porque discordavam do que haviam dito, mas por acreditarem que o leitor poderia entender de uma forma não desejada o que eles queriam dizer. Assim sendo, além de divulgar suas opiniões, os entrevistados também questionaram as maneiras como cada texto poderia ser interpretado, mostrando-se atentos com o que gostariam ou não de ver publicado. Se isso significa que em alguns momentos eles evitaram entrar em temas polêmicos e constrangedores, por outro lado fez com que refletissem sobre as diferentes recepções dessa narrativa e, conseqüentemente, pensassem sobre como cada assunto abordado nas entrevistas era visto pela sociedade.

Outro ponto é a natureza lacunar da história, reforçando a ideia de que ela é apenas uma interpretação subjetiva ou uma ficção que pode ser escrita de várias maneiras. Concordamos que a linguagem permite a apresentação da história em mais de uma forma e que um mesmo período pode ser abordado a partir de diferentes acontecimentos, mas não porque ela é incapaz de superar o relato, e sim pela necessidade de selecionar o que será estudado em um recorte espaço-temporal. Na história oral, especificamente, um conjunto de entrevistas nunca poderá ser visto

<sup>53</sup> CERTEAU, *A escrita da história*, p. 249

<sup>54</sup> CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 15.

<sup>55</sup> CERTEAU, *A escrita da história*, p. 249.

como a síntese do social, uma explicação totalizante, mas respostas para perguntas desenvolvidas no presente. Como mostra Bloch, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”<sup>56</sup>.

O conhecimento histórico é produzido sob o olhar dos entrevistados, que, por não se distanciarem de sua produção, não são induzidos a pensar que os textos elaborados são a única forma de contar a história. Em nossa pesquisa, ao perceberem que a escrita privilegia certos assuntos e linguagem, os participantes não se intimidaram em solicitar mudanças ou revisões, pois sabiam que por trás de cada trecho podia haver interesses (da pesquisa, do pesquisador, da universidade, etc.) que muitas vezes não eram os deles<sup>57</sup>.

E, por fim, ao questionarmos a possibilidade do entrevistado ser um produtor/autor consciente de seu discurso ou apenas um reproduzidor de convenções e representações sociais, concluímos que nossa posição não se encontra em nenhuma das extremidades, mas na capacidade de crítica e reflexão do indivíduo, ou seja, uma característica de autonomia, sem se desvincular, o que consideramos impossível, do meio no qual ele se situa, que o influencia. Ginzburg<sup>58</sup>, por exemplo, utiliza as relações entre as classes dominantes e subalternas para defender a noção de “circularidade”, emprestada de Mikhail Bakhtin. Para ele, não há nem dominação nem autonomia absoluta entre essas classes, e as criações culturais se desenvolvem em um sistema de trocas que permite um equilíbrio das forças. No nosso caso, recorremos à noção de circularidade para pensar a relação entre o individual e o social, e ao invés de privilegiar apenas um aspecto da memória, como muitas vezes se fez ao pensá-la somente por quadros coletivos, também discutimos a sociedade por meio de discursos individualizados. Ao mesmo tempo, a escrita dos textos se fundamentou em uma relação dialógica, de contato contínuo, na qual pesquisador e entrevistados negociavam o que era de interesse tanto para a pesquisa como para aqueles que se dispunham a defender e publicar suas opiniões, fazendo das fontes orais não somente um material de consulta, mas um instrumento para provocar reflexões.



---

<sup>56</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 75.

<sup>57</sup> Para Certeau, “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise”. CERTEAU, *A escrita da história*, p. 76-77.

<sup>58</sup> GINZBURG, *O queijo e os vermes...*, p. 10.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os limites e contribuições da história oral para uma discussão sobre a fronteira entre o individual e o coletivo na construção mnemônica, permitindo, entre outras coisas, um questionamento sobre a ideia de autonomia e/ ou dominação/ reprodução discursiva nos relatos produzidos. Ao mesmo tempo, pretende-se abordar a possibilidade da narrativa elaborada pela história oral incentivar nos entrevistados uma reflexão crítica sobre a sociedade e suas experiências pessoais, demonstrando suas especificidades na escrita da história. Em relação ao papel da memória, analisamos as diferenças de pensamento entre Maurice Halbwachs, com sua teoria dos quadros sociais de memória, e Walter Benjamin/ Hannah Arendt, que identificam, na modernidade, o declínio da experiência coletiva e tradição. Já sobre a construção de uma narrativa por meio de entrevistas, dialogamos com Michel de Certeau, Paul Veyne e Carlo Ginzburg para uma discussão sobre a validade de alguns tópicos da teoria da história para o contexto de produção da história oral.

**Palavras Chave:** Entrevista; Memória; História Oral; História.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the limits and contributions of the oral history for a discussion of the boundary between the individual and the collective in the construction mnemonic, allowing, among other things, a questioning on the idea of autonomy and/ or reproduction/ domination in the narratives produced. At the same time, it is intended to approach the possibility of the narrative developed by the oral history to stimulate in the interviewees a critical reflection on the society and their personal experiences, demonstrating its specificities in the writing of history. Regarding the role of the memory, we analyzed the differences of thought between Maurice Halbwachs, with his theory of social frameworks of memory, and Walter Benjamin/ Hannah Arendt, who identify, in modernity, the decline of the collective experience and tradition. On the construction of a narrative through interviews, we dialogued with Michel de Certeau, Paul Veyne and Carlo Ginzburg for a discussion on the validity of some topics of the theory of history to the production context of oral history.

**Keywords:** Interview; Memory; Oral History; History.